

***Western Amazonia – Amazônia Ocidental: Multidisciplinary studies on Ancient expansionistic movements, fortifications and sedentary life.***

PÄRSSINEN, Martti & KORPISAARI, Antti. Helsinki, Renvall Institute for Area and Cultural Studies/University of Helsinki, 2003. 201 páginas; ISBN 0786-6445

resenhado por Francisco Silva Noelli,  
Universidade Estadual de Maringá

Este livro, a partir de uma abordagem multidisciplinar, apresenta novas e estimulantes informações sobre temas de grande interesse arqueológico para a Amazônia Ocidental, especialmente aos estudiosos das teorias do determinismo ecológico e da densidade demográfica, da expansão Inca para o leste e da expansão dos povos Tupi-guarani para o oeste. Trata-se de um conjunto de pesquisas realizadas ao longo de quinze anos na Bolívia, no Peru e no Brasil.

Na esteira das recentes pesquisas com objetivo de verificar a relação das sociedades com o ambiente, inspiradas por estudos etnobiológicos e de formação das *terras pretas*, são apresentados novos dados à discussão da teoria de Donald Lathrap sobre a mudança dos canais de meandros ribeirinhos, importante para outro debate teórico, o da adaptação nas áreas de *várzea* e *terra firme*. A partir de uma fonte histórica do final do século 18, sobre o deslocamento da missão de San Miguel de Cunibos devido a modificações no canal do médio rio Ucayali, Pärssinen amplia o escopo da teoria ao modificar a escala geográfica para uma área muito maior que a prevista por Lathrap, considerando que a *várzea* impõe mais estratégias de adaptação que a *terra firme*. Uma das conseqüências analisadas é a migração dos Cunibo e o seu impacto sobre o ambiente e outras populações, considerados com exemplo a ser testado em outras regiões da Amazônia.

Outra importante contribuição de Pärssinen, Ari Siiriäinen e Antii Korpi-saari, também motivada por fontes escritas no século 16, é a descoberta de fortificações Incas em locais que ampliam a fronteira geográfica até então conhecida do grande Império, na área de Chuquisaca e no Departamento de Pando, território hoje boliviano. O estudo aborda o interesse do Império Inca na Amazônia Ocidental, especialmente nos produtos da selva, e o modelo estrutural das fortificações e de um "complexo de casas para estocar" os produtos. Também discute questões políticas, como a formação dos *señoríos das terras baixas*, e os conflitos com as populações da área invadida pelo exército Inca.

Outra relevante descoberta supera de vez a influente interpretação de Erland Nordenkiöld (1917), profundamente arraigada e reproduzida até o presente. Trata-se da concepção da pouca antiguidade da expansão dos falantes da língua Guaraní para a Bolívia, imaginada como uma ação do início do século 16, liderada por Aleixo Garcia desde o litoral de Santa Catarina, estado sul brasileiro. Pärssinen e uma equipe Finlandesa-Boliviana, fizeram um survey na Bolívia oriental, nas zonas de San Pedro e Monteaguado-Ingre, e localizaram 12 sítios com cerâmica Guaraní, incluindo enterramentos em urnas duplas, e fragmentos cerâmicos encontrados dentro de uma fortaleza Inca, atacada e destruída no início do século 16 pelos Guaraní-Chiriguano. As datas revelaram, como diz o autor (p. 88): "uma surpreendente longa tradição, de aproximadamente AD 400 até o período republicano". Considerando as datas obtidas no Brasil, Pärssinen também conclui que há novos elementos para considerar a expansão dos falantes das línguas Tupi-guarani como um fenômeno antigo. Pärssinen chama a atenção para uma antiga conclusão de Wendell C. Ben-

nett (1936), cuja pesquisa de campo já derrubava a interpretação dominante: os sítios Guarani estavam, estrategicamente, sempre abaixo do nível de ocupação das fortalezas Inca.

Nos dois últimos capítulos, Pärssiinen, Alceu Ranzi, Sanna Saunaluoma e Ari Siiriäinen, apresentam os primeiros resultados da pesquisa na região Rio Branco, capital do estado brasileiro do Acre, pouco conhecida pela arqueologia. A partir da descoberta original do arqueólogo brasileiro Oldemar F. Dias, em 1977, foram localizados vários sítios com estruturas monumentais, compostas de fossos ladeados por aterros, com formatos quadrangulares, ovais, circulares e lineares. Há casos de circulares dentro de quadrangulares. O maior circular possui 300 metros de diâmetro, enquanto que o maior quadrangular alcança 200 metros de lado. O conjunto fosso-aterro alcança cerca de 12 metros de largura, com profundidades de até 2 metros abaixo da superfície do solo. As datações dessas estruturas arqueológicas revelaram que sua construção ocorreu entre os séculos 13 e 14 AD. O conjunto dessas evidências levou os autores a refletir sobre as teorias do determinismo ambiental e da densidade demográfica da população amazônica, e a conclusão de que a região foi bastante povoada pelo menos dois séculos antes da chegada dos europeus. Também os levou a discutir, com novos e interessantes argumentos, a teoria de Lathrap sobre os efeitos da pressão demográfica como uma das causas que originaram o corugado e o policromo nas cerâmicas Guarani e Pano.

Finalmente, este livro deve ser de leitura obrigatória para os interessados no avanço das pesquisas americanistas, tanto pela quantidade de novos dados, quanto pelas refinadas análises dos autores.

**Pré-história do Brasil.** FUNARI, Pedro Paulo & NOELLI, Francisco Silva. 2ª ed. São Paulo, Editora Contexto, 2005. 110 páginas + 15 figuras; ISBN: 85-7244-193-X

*Resenhado por Gonzalo Ruiz Zapatero, Departamento de Prehistoria, Universidad Complutense de Madrid, (España)<sup>1</sup> gonzalor@ghis.ucm.es*

A divulgação arqueológica séria, amena e acessível, não é frequente entre os arqueólogos de todas as latitudes. No entanto, ela seria no mundo contemporâneo e o será ainda mais no futuro, se é que queremos um futuro para nossa disciplina e para a memória mais antiga da Humanidade. No entanto, devemos assinalar que isto é uma tarefa complexa, difícil e normalmente pouco valorizada pelos próprios colegas e, por isto, em princípio, qualquer tentativa que reúna uma mínima qualidade é importante. Se a tentativa se faz, além de tudo, desde um país *jovem* como o Brasil, com problemas específicos, como a relativamente curta tradição de pesquisa arqueológica e a escassa socialização da Arqueologia, o empenho merece duplo agradecimento. O livro de Funari e Noelli tenta oferecer, em pouco mais de 100 páginas, algumas idéias fundamentais sobre as origens do Brasil, a seqüência geral de sua Pré-História até a chegada dos primeiros europeus e uma reflexão final sobre os desafios da Arqueologia brasileira. Não são poucas coisas e, além disto, algumas delas ademais complicadas.

Uma reflexão a partir do Velho Mundo torna inevitável ressaltar as características gerais do registro arqueológico disponível para esboçar uma Pré-História brasileira. Em primeiro lugar, a documentação existente é o resultado de apenas três ou quatro décadas de uma Arqueologia moderna, em segundo lugar a área geográfica é imensa e, em muitos casos, de difícil acesso e, em terceiro lugar, o número de pesquisadores

Tradução de Marina R. Cavicchioli

brasileiros era muito reduzido. Tudo isto significa que se trabalha com um registro muito limitado. Por outro lado, a Arqueologia na América do Sul foi muito polarizada em torno das grandes culturas. Prestou-se muito pouca atenção aos caçadores e coletores do final do Pleistoceno e início do Holoceno e os primeiros grupos de agricultores ceramistas, o que significa que tampouco cabe esperar muita luz vinda das pesquisas de outros países vizinhos. E, por último, o tema das origens, o inevitável "primeiro indígena", distorceu boa parte da pesquisa com a obsessão de encontrar sempre datas mais antigas para os primeiros grupos humanos que entraram na América. Por tudo que foi dito, minha primeira impressão de leitura foi a de lamentar a "debilidade" e limitações do registro arqueológico disponível e ao mesmo tempo invejar as perspectivas de futuro que se abrem diante dos pré-historiadores brasileiros. A Pré-História brasileira é uma Pré-História com muito futuro.

A posição dos autores poderia qualificar-se como crítica e propositiva, ao mesmo tempo, e isto o deixam bem claro quando, ao apresentar o que é a Pré-História, afirmam que "não se pode fugir das definições correntes, mas ao tempo não se deve aceitar de forma acrítica" (pág. 14). Boa fórmula para ser claro e reflexivo, ainda que ambas coisas não se consigam plenamente no tema dos "primeiros brasileiros". Pedra Furada e Piauí são dois sítios brasileiros polêmicos no ácido debate de uma fase antiga, Pré-Clovis, para o primeiro povoamento americano, fortemente discutidos nos recentes trabalhos sobre o tema. Quem sabe a indefinição em que permanece a disputa acadêmica explique a incerteza que, sem dúvida, perceberá o leitor desavisado. Como recentemente recordou Binford, com sabedoria, a maior ou menor antiguidade das datações não servem para grande coisa se não há um estudo sistemático do comportamento desses primeiros grupos humanos. E cer-

tamente isso não acontece nem com o abrigo de Meadowcroft, nos Estados Unidos, nem os outros candidatos ao "prêmio" de primeiro homem na América, como nos sítios brasileiros. É possível, como sugerem algumas das hipóteses baseadas nos estudos de genética de populações, que tenham existido grupos de caçadores antes de 12.000 anos antes do presente movendo-se pelo continente e, inclusive, chegando até o Sul como poderia evidenciar o sítio de Monte Verde no Chile. Em todo caso, segue sendo enigmático que entre as centenas de datações mais antigas da América só umas poucas, muito poucas, sejam mais antigas que as do Alaska. E praticamente todas têm problemas com a integridade do contexto arqueológico. Se na América entraram grupos Pré-Clovis, certamente devem ser poucos em número, muito provavelmente com escasso êxito de sobrevivência e desde continuam grandes desconhecidos. As especulações com a possível chegada do Homo Erectus ao continente americano, uma via marítima pelo Pacífico desde a Polinésia, ou a mais recente das possíveis relações com o Solutrense europeu, só merecem a citação de estudos mais de "fantasia-arqueológica" que de pesquisa rigorosa (VV.AA. *The peopling of the Americas, Athena Review. Journal of Archaeology, History and Exploration*, vol. 3,2 - no prelo). No final das contas o "primeiro americano", o "primeiro brasileiro" sempre serão aqueles grupos que poderemos estudar com certo detalhe e nos permitirão conhecer suficientes vestígios de suas histórias de vida.

É importante a ênfase dada ao rompimento da falsa idéia de que a floresta, o bosque equatorial, e no caso brasileiro a selva amazônica, é uma área refratária e retardatária. Como também se coloca em relevo no caso do bosque equatorial africano, a selva amazônica foi ocupada muito cedo, com indícios de ao menos em torno a 10.000 a.C. e as primeiras cerâmicas do continente parecem ser as do Baixo Amazonas, com data-

ções no VI milênio a.C. e talvez até antes. Além disto, é uma zona na qual a etno-arqueologia tem enormes possibilidades para ajudar a interpretar o registro arqueológico.

Entre cerca de 12.000 e 10.000 anos, pequenos bandos deixaram uma diversidade de indústrias líticas por distintas regiões do país. Diversidade que se interpreta como a colonização inicial por muitos grupos étnicos e se coloca na base da grande diferenciação populacional de épocas posteriores, ainda que os dados nos pareçam não muito qualificados. Uma segunda etapa se relaciona com a expansão de "mongolóides" seguindo a costa atlântica, os grupos sambaquieiros (VIII-VII milênio a.C.). A partir de 7.000 a.C. as populações "mongolóides" assentadas na Amazônia iniciaram profundas mudanças culturais, primeiro com a adoção de formas de agricultura e mais tarde - porém, muito relacionada com a revolução alimentícia e a armazenagem de recursos - com a cerâmica. Entre o IV e o II milênio a.C. todos os dados apontam para uma verdadeira explosão demográfica, com comunidades de grande tamanho e organização muito mais complexa que suas predecessoras caçadoras-coletoras. No entanto, aqui também os autores demonstram seu sentido crítico quando questionam o famoso termo anglo-saxão de "complexity": "ao invés de tentar classificar as sociedades em mais ou menos complexas o interessante seria tentar caracterizar cada uma da melhor maneira possível a partir do maior número de informações que podemos obter" (pág. 93).

São comentados os distintos tipos de habitat conhecidos: abrigos, aldeias de sambaquis, casas semi-subterâneas e aterros, com especial atenção por sua problemática nos três últimos. No entanto, quase nada se diz sobre o uso dos territórios, organização do espaço e padrões de povoamento em escala regional. Com muita sinceridade escrevem, ao referirem-se aos

sambaquis das áreas costeiras: "pouco sabemos sobre o funcionamento daquela sociedade!" (pág. 91). Certamente, falta muito trabalho de campo por vir. Por último, estudam-se as manifestações artísticas e os autores enfatizam o promissor campo do estudo do simbolismo, colocando como exemplo um estudo de A. Roosevelt sobre as urnas antropomorfas marajoaras que não é citada na bibliografia final com títulos em português.

O mais interessante, são as últimas páginas, nas quais, se coloca a necessidade de conceber o estudo do passado como uma maneira de recuperar parte de nossa própria vida, de que o passado não seja um mero conhecimento erudito e prescindível, mas que seja algo vivo e relevante em nossas sociedades. Defendem os autores, muito acertadamente, que os desafios do futuro da Arqueologia brasileira seriam primeiro, a necessidade de proteger os vestígios arqueológicos muito ameaçados pelas expansões urbana e agrícola, a construção de represas e o espólio de sítios como os sambaquis, uma vez que constituem em grande medida o futuro da Arqueologia; segundo, a necessidade de incrementar a comunidade arqueológica do país cifrada em cerca de 300 especialistas, muito poucos, para um país tão grande e com tanto patrimônio arqueológico, que além disto, constituem o que se chamou de uma tradição minoritária, em função, basicamente, da língua (NEUSTUPNY, E. (1998): *Mainstreams and minorities in archaeology*, *Archaeologia Polona*, 35-36:13-24). Também a necessidade de socializar a Arqueologia: aumentando sua presença na escola e nos manuais e em geral informando mais e melhor a uma sociedade que se demonstra interessada pelo passado arqueológico; e terceiro, a necessidade de desenvolver amplos projetos de pesquisa de campo com perspectiva interdisciplinar e de conseguir uma maior presença da Arqueologia brasileira em publicações e fóruns internacionais.

O passado mais remoto, esse passado arqueológico que chegou a ser denominado como o "passado excluído" porque apenas constitui uma pequena introdução da História que parece ser a única interessante: a mais recente, no caso brasileiro, os últimos cinco séculos, tem uma grande capacidade explicativa. O principal objetivo, e concordo plenamente com os autores, deve ser a valorização da diversidade cultural e sua importância no passado para compreender o presente. E como se destaca nas últimas páginas, apesar de mais de 40 milhões de brasileiros terem antepassados indígenas, essa herança é mal conhecida e inclusive rejeitada por ser considerada parte de uma cultura inferior. Quando isso não é assim de nenhuma maneira pois, de fato, a grande diversidade cultural das sociedades no tempo e no espaço constitui o maior tesouro da Humanidade (pág. 108). O futuro da Pré-História depende de todos: dos arqueólogos, documentando, protegendo, estudando e divulgando o passado, das comunidades sensibilizando-se ante sua História material, e de toda a população que deveria valorizar esse passado como parte de sua vida, já que no fundo todos somos seres humanos como os antigos habitantes de nossa terra desvanecidos em sombras enterradas, como também acabaremos nós mesmos.

***Arqueología de la identidad.*** HERNANDO, Almudena. Madrid, Akal, 2002. 224 páginas.

*Resenhado por Verlan Valle Gaspar Neto, Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora*

Em Arqueologia, interpretar o passado e estender o olhar sobre a alteridade exige muito mais do que descrições tipológicas dos vestígios materiais e alocações de grupos pretéritos em fases ou tradições. Este corolário parece estar cada vez mais na ordem do dia

entre os profissionais da disciplina. Ou pelo menos deveria, se é que me entendem. Deste modo, contribuições epistemológicas são sempre salutares para o desenvolvimento de qualquer ramo da ciência, pois, mesmo que não ofereçam respostas definitivas (e não cabe a nenhuma teoria fazê-lo), servem para nos lembrar que a tarefa científica é, antes de tudo, reflexão *ad infinitum*...

Bom, mas o que nos oferta a senhora Hernando com este seu *Arqueología de La Identidad*? Que tipo de relação guarda seu trabalho com o que expus anteriormente? Diretamente falando, este livro intenta apresentar um modelo analítico que, de acordo com sua autora, seja capaz de abarcar a identidade de grupos sociais tanto no passado quanto no presente em termos macro-estruturais. Trata-se de um trabalho eminentemente teórico, no qual a marca incisiva do estruturalismo se faz presente subsidiando e cerceando aquilo que a arqueóloga denomina Arqueologia Cognitiva, ou da cognição.

O raciocínio de Almudena Hernando parte do princípio de que existem categorias necessárias e universais que, pertencentes ao aparato cognitivo humano, são operacionalizadas pelos diferentes grupos de acordo com o grau de interação que eles mantenham com a realidade material. As categorias constituem três pares de oposições, a saber: espaço e tempo, metonímia e metáfora, mito e ciência. O tempo e o espaço são categorias através das quais dispomos o mundo; utilizamos a metonímia e a metáfora para representar nossa percepção da realidade; enquanto que o mito e a ciência ordenam nosso estar no mundo. Embora aqui simplificado, para Hernando, o grau de controle sobre a natureza é o elemento central que se correlaciona com o desenvolvimento socioeconômico de cada grupo. Deste modo, quanto menor o controle sobre a realidade material, mais o grupo aciona o sistema "espaço-metonímia-mito", ao pas-

so que, na situação inversa, o sistema utilizado é o "tempo-metáfora-ciência". Existe toda uma gama de desdobramentos e aportes específicos tratados no livro para cada uma dessas categorias e de como podem ser atestados empiricamente, mas o espaço aqui disponível me é demasiado curto. Decerto, entenda-se que essas categorias são tipos ideais nos moldes weberianos e que, entre os sistemas operativos, o espectro de arranjos sociais é bastante amplo e diversificado.

Mas se nos reportamos a pelo menos duas categorias, tempo e espaço, poderemos compreender o que, de fato, está em jogo nesta *Arqueología de La Identidad*. Quando se fala em sociedades caçadoras-coletoras, sejam as de ontem ou as de hoje, deve-se ter em mente que a realidade destes grupos está circunscrita a um espaço mais ou menos delimitado, onde o controle sobre a natureza oferece-lhes garantias de estabilidade e sobrevivência, enquanto que o alhures envolve o desconhecido e, portanto, riscos. Temos que, diz-nos Hernando, o espaço é a lógica por excelência que rege tal organização, e não o tempo. Este último diz respeito, em seu mais extremo uso, à nossa sociedade ocidental e capitalista na qual o desenvolvimento tecnológico é o marco representativo de um devir hierárquico e unilinear. Segundo ela, é o tempo quem rege nossas ações, seja em termos avaliativos do passado, seja em termos de perspectivas quanto a um futuro.

Pois bem, provenientes deste segundo modelo de sociedade, os arqueólogos insistem em projetar para as sociedades do passado as categorias que regem seu entorno cultural, tomando como parâmetro comparativo qualitativo o mundo contemporâneo ocidental a que pertencem e seu poderio tecnológico. Desta forma, formulam explicações que prezam por uma certa dose de evolucionismo muitas vezes mal disfarçado. Em termos sincrônicos o mesmo pode ser

estendido aos antropólogos e suas análises dos povos "primitivos".

Mais que apontar a idéia de que toda identidade é construída socialmente através de arranjos particulares no tempo e no espaço, o livro de Almudena Hernando realiza uma autocrítica ao modo etnocêntrico pelo qual a Arqueologia vem trabalhando os povos que outrora fabricaram o material que lhes serve hoje de elo investigativo. Pode-se objetar que o reconhecimento de um aparato cognitivo universal pressupõe o desfacelamento da diversidade humana. Ou ainda que, diante dela, e ninguém em sã consciência diria que ela não existe, falar em estruturas universais é impossível ou reducionismo biológico. A autora acredita que não. Primeiro, porque se a cognição obedecesse única e exclusivamente a condicionamentos biológicos, não teríamos diversidade cultural. E segundo, para ela, a análise holística proposta não apaga as diferenças, ao contrário, legitima-as. A Arqueologia Cognitiva admite sim, estruturas universais, mas elas funcionam menos como leis intransponíveis do que como ordenadoras de arranjos sociais.

Deste modo, ao se reconhecer que todos os homens, no tempo e no espaço, fizeram e fazem uso dessas categorias de acordo com suas necessidades e interesses, modelando e construindo suas identidades culturalmente, tem-se que as particularidades devem ser entendidas sob uma ótica de não-desvalorização. Com esta perspectiva, o que periga desaparecer são termos como "arcaico", "atrasado" e "exótico", conceitos estes presentes tanto na Arqueologia quanto na Antropologia.

O posicionamento teórico da autora pode ser alvo de críticas ou de elogios, e é bom que seja assim, já que é de debates que se nutre a ciência. No mais e por se tratar de um livro escrito para arqueólogos, ele é indicado para todo profissional que preza por reflexões mais aprofundadas e não se furta a levar para suas escavações interessantes discussões.